ARTIGO ORIGINAL

AGUIAR, Talita de Jesus ^[1], CAETANO, Tatiana Moreira Clemente ^[2], PINTO, Gleidson Caetano da Silveira ^[3]

AGUIAR, Talita de Jesus. CAETANO, Tatiana Moreira Clemente. PINTO, Gleidson Caetano da Silveira. O Ingresso Das Mulheres No Exército Brasileiro E Seus Principais Desafios E Motivações. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 06, pp. 83-96. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/mulheres-no-exercito>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/mulheres-no-exercito

Contents

- RESUMO
- 1. INTRODUÇÃO
- 2. REFERENCIAL TEÓRICO
 - 2.1 A HISTÓRIA DA MULHER NO EXÉRCITO
 - 2.2 O SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO
- 3. METODOLOGIA
- 4. CONCLUSÃO
- REFERÊNCIAS

RESUMO

Este artigo visa identificar a trajetória histórica do segmento feminino no Exército Brasileiro e seus principais desafios e motivações, tendo em vista que atualmente é uma profissão que ainda é predominantemente masculina. Para atender o objetivo proposto utilizou-se uma abordagem qualitativa, classificada quanto aos objetivos como um estudo exploratório, voltado para o estudo bibliográfico. Por fim, concluiu-se que o ingresso do segmento feminino, de maneira oficial, no Exército Brasileiro ocorreu desde 1942. O segmento feminino tem como desafio encarar, ainda, a desigualdade de gênero, por não poder concorrer ao posto de cabo ou soldado e até mesmo pela distinção de vagas em alguns concursos públicos

da referida Instituição. Porém, há algo motivador na profissão, a igualdade salarial, pois o Exército e as Forças Armadas, como um todo, não realizam seus pagamentos baseado no gênero, mas sim, no posto ou graduação que o militar ocupa.

Palavras-chave: Forças Armadas, Exército Brasileiro, segmento feminino e mulheres.

1. INTRODUÇÃO

Os dados sobre o mercado de trabalho apresentam que as mulheres não usufruem das mesmas condições que os homens em diversos aspectos no que se refere ao trabalho. Tais como salário, horas de trabalho e entre outros benefícios trabalhistas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C) comprova que ainda há muito a conquistar na direção da igualdade de gênero. A referida pesquisa evidencia que por questões culturais existem algumas profissões que tem uma predominância feminina e são associadas a menores salários, tais como: domésticas, professoras, enfermeiras e assistente social. E naturalmente também há algumas profissões que são entendidas pela sociedade brasileira como tipicamente masculinas, como a construção civil, transporte, armazenagem, correio e entre outras (IBGE, 2018).

Nesse contexto, o referido tema foi escolhido para estudo tendo em vista que o ambiente militar é predominantemente composto por homens, fazendo necessário entender a trajetória histórica do segmento feminino no Exército Brasileiro, bem como os principais desafios e motivações que as mesmas encontram nesta profissão.

Tendo em vista que o tema em questão é relevante, pois como já mencionado não há muitos estudos relacionados à trajetória, às motivações e desafios de uma militar nas fileiras do Exército, bem como com tantos avanços da sociedade brasileira, no instante em que buscase que pessoas de gêneros diferentes sejam tratadas de forma igualitárias é fundamental estudar o papel do gênero feminino dentro do Exército e identificar quais são os principais motivos que contribuem de maneira positiva para incorporarem e permanecerem nesta profissão predominantemente masculina, bem como entender os obstáculos encontrados na rotina dessas mulheres que escolheram essa referida profissão. Entretanto, por meio de uma revisão bibliográfica, realizada junto a arquivos do Exército, livros e em bases de dados

renomadas, tais como: Google Scholar, Spell e Scielo, não foi encontrado nenhum estudo com foco específico na motivação e desafios do segmento feminino ao exercer a profissão militar no Exército Brasileiro e foram encontradas pouquíssimas pesquisas com assuntos similares. Constatando-se, desse modo, uma lacuna na literatura para responder ao seguinte questionamento: Qual a trajetória da mulher no Exército Brasileiro e quais são seus principais desafios e motivações nesta profissão?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A HISTÓRIA DA MULHER NO EXÉRCITO

A primeira vez que uma pessoa do sexo feminino integrou em uma Unidade Militar foi em 1823. Maria Quitéria de Jesus, que lutou pela manutenção da independência do Brasil, neste período referenciado, foi a primeira mulher a se alistar no Regimento de Artilharia nas fileiras do Exército Brasileiro. A mesma vestiu-se como homem, cortou os cabelos e se identificou com o nome de Medeiros (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

De acordo com a Revista Verde-Oliva (2017) destaca-se, ainda, a Maria Francisca da Conceição, que partiu para campanha do Paraguai em 1866, também disfarçada de homem, para acompanhar seu marido. No campo de batalha Curupaity foi ferida no peito por um paraguaio. Ao ser levada para o hospital foi descoberto que o suposto soldado era uma mulher.

É importante lembrar da brasileira Anna Mery, a primeira enfermeira voluntária do Brasil, a heroína da caridade que assistiu vários parentes indo para guerra entre eles dois de seus filhos e um irmão. Ela solicitou permissão para acompanhar nossas tropas na luta contra Solano Lopes (REVISTA VERDE-OLIVA, 2017).

Inúmeras são as mulheres protagonistas das histórias de Unidades Militares Brasileiras, tais como: Benta Pereira, Anna Alencar Araipe, Barbara Heliodora, Maria Ephigenia e entre outras (REVISTA VERDE-OLIVA, 2017). Porém somente na Segunda Guerra Mundial que a incorporação do segmento feminino foi oficial no Exército Brasileiro (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

Em 1942, várias jovens se alistaram oficialmente, em amor a Pátria. Como enfermeiras, elas integraram a Força Expedicionária Brasileira. (REVISTA VERDE-OLIVA, 2017). 73 enfermeiras, sendo 67 delas enfermeiras hospitalares e as demais sendo enfermeiras especialistas. Elas serviram em quatro diferentes hospitais do exército norte-americano. Sendo, assim, as primeiras mulheres a ingressar no serviço das forças armadas brasileiras (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

Na década de 70, diversos países começaram a admitir o segmento feminino em suas Forças Armadas as quais passaram a receber uma formação semelhante ao do segmento masculino, no Brasil isso só ocorreu na década de 80 (SANTOS, 2014).

A incorporação feminina na década de 80 pode ser justificada por alguns fatores da época, como “o desprestígio desfrutado pelos militares diante das elites sociais brasileiras naquele momento”, devido a questão salarial, pois o referido período era um momento de crise econômica e devido a repressão política que ocorreu nas décadas de 60 e 70, originando uma visão muito negativa dos militares. Esses quesitos favoreceram aos homens de elite buscarem outras profissões, desconsiderando o militarismo. Outro elemento de justificativa é a necessidade de adequação, das Forças Armadas, aos interesses da sociedade pela expansão dos direitos civis, como por exemplo: a igualdade, entre homens e mulheres, no mercado de trabalho. Portanto, a incorporação da mulher nas Forças Armadas seria para equilibrar o quantitativo do quadro de militares, uma vez que nesse período havia um desinteresse do segmento masculino por esta profissão e ao mesmo tempo uma maneira de buscar a igualdade, fazendo com que as Forças Armadas se adequassem aos anseios da sociedade brasileira (MATHIAS, 2005 apud ADÃO, 2007). Corroborando, Lima e Tardin (2015) alegam que a inserção da mulher na década de 80 ocorreu devido “as demandas do movimento feminista por direitos políticos e sociais igualitários”.

Em 1992, a Escola de Administração do Exército, (EsAEx), atualmente denominada de Escola de Formação Complementar (EsFCEEx), localizada em Salvador – BA, integrou 52 mulheres, mediante a realização de concurso público, no Quadro Complementar de Oficiais (REVISTA VERDE-OLIVA, 2017). Esta escola iniciou sua formação em 1990, a qual teve suas duas primeiras turmas masculinas (SANTOS, 2014). Santos (2014 apud LANNES, 2008) nos aponta que a entrada das mulheres na Escola de Administração do Exército teve como objetivo suprir as demandas exigidas nas áreas técnicas e administrativas.

Em 1996, o Exército instituiu o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior (MFDV). Incorporou, na ocasião, 290 mulheres voluntárias para serviços militares relacionados à saúde. Essa incorporação ocorreu em todas as Regiões Militares do País (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

No ano seguinte, 1997, o Instituto Militar de Engenharia (IME), localizado no Rio de Janeiro – RJ, matriculou a primeira turma de 10 mulheres alunas, a serem incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020). Este Instituto Militar foi criado no ano de 1792 e durante muitos anos foi a única instituição a formar Engenheiro Civil. Somente após 205 anos foi realizado o ingresso do segmento feminino.

Ainda em 1997, a Escola de Saúde do Exército (EsSEx), também com localidade no Rio de Janeiro – RJ, matriculou e formou a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, no Quadro de Saúde do Exército (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020). Somente 75 anos após a inauguração da EsSEx, em 08 de maio de 1922, que as mulheres ingressaram nesta Escola.

Em 1998, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico, para profissionais de nível superior, exceto para área de saúde, onde a primeira turma continha 519 mulheres, entre elas tinham: advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, entre outras áreas de ciências humanas e exatas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

No ano de 2001, a Escola de Saúde do Exército permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

Posto isso, de forma didática, pode-se observar o histórico da presença feminina nas Forças Armadas Brasileira na figura abaixo. Percebe-se que o Exército Brasileiro foi a última força a incorporar as mulheres, somente 10 anos depois da Aeronáutica.

Figura 1 – Histórico da presença feminina nas Forças Armadas Brasileira

O Ingresso Das Mulheres No Exército Brasileiro E Seus Principais Desafios E Motivações

Fonte: Giannini, 2014

A figura, acima, elaborada por Giannini, vai de encontro com o discurso de Rocha (2018) que diz que o processo de incorporação do segmento feminino não foi homogêneo, ele foi

alterando de acordo com cada Força, sendo um processo lento e gradual.

Realça-se que embora o segmento feminino tenha adentrado com sucesso em diversos campos sociais, a mulher ainda encontra muitas barreiras no campo militar (ROSA E BRITO, 2008). Após muita luta, as mulheres conquistaram, em partes, seu espaço nas Forças Armadas, faltando, porém, maior liberdade e confiança para atingirem as armas de combate (ROCHA, 2018).

Por fim, é importante salientar que o alistamento de serviço obrigatório é apenas para o segmento masculino. Atualmente as mulheres têm a opção de servir como militares de carreira ou temporárias. Aquelas mulheres que desejam entrar de forma definitiva, seguindo carreira, nas Forças Armadas é preciso prestar concurso público de acordo com sua idade, seu grau de instrução e sua área de atuação.

2.2 O SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Santos (2014 apud LOPES, 2005) cita que a visão dos militares com relação à mulher esteve muito atrelada a atribuição de ser dona de casa, esposa, mãe, dedicando sua vida ao marido para que o mesmo pudesse ter êxito na sua carreira profissional. A autora complementa afirmando que o fato é originado devido à imagem feminina, construída pelos militares brasileiros, na qual identificava a mulher como frágil, obediente, dependente, sendo restrita a desenvolver habilidades e competências, tais como: comando, liderança e força física. Características estas que são quesitos básicos para o desempenho exemplar de um profissional militar (SANTOS, 2014 apud LOPES, 2005)

Santos (2014 apud LANNES, 2008) menciona que um Exército moderno não é constituído apenas de ciência e tecnologia. Há a necessidade de um Exército especializado, voltado para a produção intelectual, e assim, durante o Século XX foi possível a presença do segmento feminino no âmbito militar. A autora argumenta que um Exército voltado exclusivamente para o campo de batalha dificultava o ingresso da mulher na força. Com tantos acontecimentos, tais como: mudanças nas instituições de ensino e desenvolvimento da maturidade da sociedade brasileira permitiram que o Exército exerça funções que vão além de campos de batalha, proporcionando, portanto, a presença da mulher nesta Instituição.

Portanto, o fato não desmerece o gênero feminino nas zonas de combate, mas ainda é um tema polêmico.

Santos (2014 apud LOPES, 2005) afirma que embora a incorporação do segmento feminino nas Forças Armadas represente um avanço no processo de democratização da sociedade, com o intuito de igualdade para todos, ainda há muito a ser feito, tendo em vista que ainda há muitas restrições com relação às mulheres no exercício pleno de suas escolhas profissionais. Corroborando, Júnior (2018) alega que o crescimento da força feminina no Exército Brasileiro não significa que as mesmas têm acesso a todas as possibilidades que a profissão militar oferece.

Júnior (2008), no seu estudo sobre a trajetória das mulheres no Exército Brasileiro, entende que o segmento feminino tem plenas condições para exercer a carreira militar no todo e afirma, ainda “...que o caminho para efetivação da igualdade de gênero dentro do EB passa pela valorização do desempenho do profissional em detrimento do sexo.” O autor alerta que para a igualdade de gênero ganhar força no Exército Brasileiro é preciso disponibilizar o acesso das mulheres nas graduações de cabo e soldado e, ainda, acabar com a limitação de vagas desse segmento nos concursos da linha militar bélica, bem como proporcionar a entrada do segmento feminino nas demais áreas da carreira militar, tais como: Infantaria, Artilharia, Engenharia, Cavalaria e Comunicações.

Para Lima e Tardin (2015) a justificativa mais plausível referente a ausência feminina nas instituições militares, no papel de combatentes, estão diretamente relacionadas as diferenças físicas e psicológicas entre os sexos, deixando a mulher em situação de inferioridade diante das exigências da vida militar, levando em consideração que é uma profissão vista tipicamente como do segmento masculino.

Resende (2017), em seu estudo “Uma questão de gênero: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz” conclui que a desqualificação da mulher em relação ao homem ocasionou grande desigualdade entre o número de homens e mulheres nos postos militares, além de uma série de limitações para que o segmento feminino siga a carreira militar. A autora indaga, ainda, que por mais que a igualdade de gênero seja um dos principais objetivos de uma sociedade justa e igualitária, ainda há dificuldades concretas da mulher no campo militar para que essa igualdade de gênero seja alcançada.

Mediante ao mencionado, pode-se observar, com o auxílio da Tabela abaixo, que há uma aceitação do segmento feminino nas Forças Armadas, porém ainda a um grande descompasso entre o quantitativo do segmento masculino versus o segmento feminino.

Tabela 1 – Efetivo feminino nas Forças Armadas Brasileiras

Instituição	Efetivo total de militares	Efetivo de mulheres	Percentual de mulheres na instituição
Exército	186.722	6.009	3,2%
Marinha	68.604	6.922	10,08%
Aeronáutica	67.614	9.322	13,78%

Fonte: Ministério da Defesa (2014) citado por LIMA e TARDIN (2015)

Lima e Tardin (2015) entende que não se deve observar apenas os números de militares do segmento feminino que ingressaram nas Forças Armadas, pois trata-se apenas de uma visão quantitativa. Os autores indagam que o fato de as mulheres serem aceitas nas Forças não significa que há igualdade da profissão entre os sexos masculino e feminino. Eles afirmam “É preciso investigar e refletir sobre os postos que essas mulheres ocupam, se há liderança feminina, se há casos de assédio moral... e se possuem as mesmas perspectivas de carreira que seus pares masculinos.”

Reforçando o entendimento do assunto, o autor Rocha (2018) entende que a questão física e biológica foi e permanece sendo um dos principais argumentos das pessoas que não estão a favor da inserção feminina nas Forças Armadas Brasileiras, bem como, itens limitadores para as mulheres serem combatentes.

Adão (2007) afirma em sua pesquisa, “A formação militar e a incorporação feminina: as dificuldades na ocupação de novos espaços”, que nas escolas que passaram a inserir o segmento feminino, ocorreu, pelo menos no primeiro instante, um estranhamento e desconforto na convivência entre ambos os sexos (homens x mulheres). Os militares, do segmento masculino, tinham a visão que as mulheres estavam ocupando um espaço alheio, na qual não lhes faziam jus. Ainda dentro da pesquisa realizada, Adão (2007) cita que o segmento feminino era caracterizado com amolecimento e incapacidade física, enquanto o segmento masculino é identificado com pressão e potência. Tais particularidades seriam argumentos para posicionar os homens em locais de comando, enquanto os postos que

necessitassem de orientação e obediência poderiam ser ocupados pelas mulheres, por serem consideradas frágeis e debilitadas.

Esta situação pode ser vista pelos homens como uma inapropriada inversão de papéis, que os deixaria pouco confortáveis. Acreditamos assim que, as ordens femininas, ainda que possam ferir a concepção de papéis sexuais dos cadetes, são efetivamente acatadas, pois estão inseridas num contexto maior do respeito aos princípios da hierarquia e disciplina anteriormente citados (ADÃO, 2007).

Neste sentido, no que se refere à instituição, é importante destacar que quando incorporadas, as mulheres passaram a integrar os quadros administrativos e mesmo quando se tornaram parte dos quadros permanentes, ficaram limitadas ao exercício de atividades não ligadas diretamente ao combate – por isso, de menor prestígio – o que não lhes permitia acesso aos postos de comando. Ficavam impedidas de alcançar os níveis mais altos da carreira militar e dessa maneira, permaneciam limitadas a postos nos quais detinham uma condição de dependência em relação aos seus superiores (ADÃO, 2007).

É importante salientar que embora ainda existam barreiras e limitações nessa profissão para o sexo feminino, há algumas conquistas. Quando se refere a pagamento, soldo militar, pode-se afirmar que há igualdade entre os gêneros, tendo em vista que não há diferenciação no salário, pois o mesmo está atrelado apenas no posto ou graduação do militar. Segundo Júnior (2018) há igualdade, também, na carreira administrativa, pois tanto o segmento feminino como o segmento masculino disputam a mesma quantidade de vagas, tanto para cargos temporários, como para cargos de carreira.

Por fim, foi constatado que a incorporação feminina nas Forças Armadas se deu de forma favorável, com ingresso nos quadros temporários e permanentes, embora ainda haja restrições na atuação de seus afazeres em sua profissão. E sendo necessário lembrar que conforme afirma Rocha (2018) é necessário que as mulheres provem a cada instante que elas têm capacidade de exercer a profissão militar, tendo em vista as diversas barreiras imposta ao segmento feminino, nesta profissão e a maneira como elas são vistas dentro das Instituições militares.

3. METODOLOGIA

“A pesquisa é a atividade nuclear da Ciência”, afirmam Silveira e Gerhardt (2009). Eles mencionam ainda que, ela dá a possibilidade de aproximação e compreensão da realidade a ser investigada. Posto isso, esta pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa, classificada quanto aos objetivos como um estudo exploratório. Optou-se, ainda, pelo estudo bibliográfico, na qual compreende o levantamento de informações em materiais já publicados, tais como livros, periódicos, artigos, sites informativos, e entre outras fontes.

4. CONCLUSÃO

O segmento feminino vem quebrando paradigmas e vem lutando cada vez mais em busca da igualdade de gênero dentro da sociedade brasileira. O referido tema estudado é relevante tendo em vista que cada vez mais a sociedade vem observando a evolução da mulher ao desenvolver uma profissão predominantemente masculina, bem como as dificuldades e preconceitos encontrados nessas profissões. Portanto, faz-se necessários estudos referente ao tema.

O presente trabalho constatou que há o ingresso do segmento feminino, de maneira oficial, no Exército Brasileiro, desde 1942. E desde então as mulheres veem lutando pelo seu espaço, nesta referida força armada, havendo de modo gradual e lento sua participação neste âmbito profissional. A pesquisa evidenciou que a mulher era vista como um sexo frágil, dependente e com restrições para emitir ordem e realizar atividades que determinassem força. Com os avanços da sociedade e com as funções que o exército passou a exercer além dos campos de batalha, tornou-se mais acessível o ingresso da mulher neste ambiente profissional. Embora, atualmente, ela ainda não tenha acesso total as possibilidades da profissão, tendo em vista que não pode exercer o posto de cabo ou soldado, ou ainda pelo fato de não poderem concorrer pelo mesmo número de vagas, em critério de igualdade, em determinados concursos dentro da referida Instituição. Entende-se que há um crescimento lento e gradual do segmento feminino nas Forças Armadas, como um todo, porém entendesse que esse ingresso está muito aquém de uma igualdade de gêneros, pois embora haja um crescimento lento e gradual de maneira quantitativa ele representa um percentual ainda muito pequeno com relação ao ingresso do segmento masculino nestas Instituições

militares. Por fim, vale destacar que apesar das dificuldades o segmento feminino pode contar com algo motivacional o fato de a Instituição atribuir o mesmo soldo, valor salarial atribuído ao militar, ao posto ou graduação, sendo irrelevante o sexo. Tornando-se igualitário os salários dos homens e mulheres nesta profissão.

É importante mencionar que algumas limitações deste trabalho devem ser reconhecidas. As de maiores destaque são: a dificuldade de encontrar materiais relacionados ao tema em questão, a resistência em realizar pesquisas dentro da Instituição e o temor das próprias militares em se comprometer a falar sobre o assunto. Embora tenham satisfeito o objetivo do trabalho, futuramente pode-se adquirir uma pesquisa qualitativa, voltada para estudo de caso, de preferência com entrevistas semiestruturadas, visando um estudo mais profundo, exaustivo e detalhado sobre o assunto em pauta, tendo em vista que o tema é pertinente.

Finalizando, como proposição para estudos futuros é apropriado investigar sobre o empoderamento feminino, os cargos e/ou postos concorridos e alcançados pela minoria feminina e a independência da mulher brasileira.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Maria Cecilia de Oliveira. A formação militar e a incorporação feminina – as dificuldades na ocupação de novos espaços. I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED). São Carlos, 2007.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>>. Acesso em: 02 junho 2020.

BRITO, Mozar José; ROSA, Alexandre Reis. Mulheres Fardadas: Reflexões sobre Dominação Masculina e Violência Simbólica na Organização Militar. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. A trajetória da mulher no Exército Brasileiro. Revista Verde-Oliva,

Brasília – DF, ano XLIV, n. 237, jul, 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Mulheres no Exército. Disponível em:
<http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito>. Acesso em: 24 janeiro 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. UFRGS, 2009. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf?sequence=1>>
Acesso em: 30 abril 2021.

GIANNINI, Renata Avelar. Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira. Instituto Igarapé, Set, 2014. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/Artigo-9-Promover-Genero-e-Paz-web3.pdf> Acesso em: 24 janeiro 2020.

JUNIOR, Ivan de Freitas Vasconcelos. A trajetória das mulheres no Exército Brasileiro: um caminho para a igualdade de gênero. XXIII Jornada de Pesquisa, Out, 2018. Disponível em:
<<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/9779>> Acesso em: 02 fevereiro 2020.

LIMA, Lana Lage da Gama; TARDIN, Elaine Borges. A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios. Revista Ágora, Vitória, v. 22, p. 70-82, 2015.

LOMBARDI, Maria Rosa. As Mulheres na Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

RESENDE, Stella. Uma Questão de Gênero: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz. Cadernos de Relações Internacionais, v.11, n.2, 2017.

ROCHA, Stela Medeiros Dantas. A presença das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: Uma análise da sua inserção e os desafios atuais. Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais (RIC), v. 6, n. 11, p. 109-125, 2018.

SANTOS, Lauciana Rodrigues. A participação das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras:

um debate contemporâneo. PPGCS/ Unesp. Marília-SP. 2014. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1257226/a-participa%C3%A7%C3%A3o-das-mulheres-nas-for%C3%A7as-armadas-brasileira> >. Acesso em: 24 janeiro 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. Projeto e relatório de pesquisa em administração. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

^[1] Pós-graduada em Gestão de RH. Tecnóloga em Administração.

^[2] Orientadora. Mestra em Administração. Especialista em Logística. Especialista em Gestão de Talentos. Especialista em Gestão Empresarial. Graduada em Administração. Graduada em Pedagogia.

^[3] Orientador. Mestre em Administração. Especialista em Tecnologias de Redes de Computadores. Graduado em Administração.

Enviado: Março, 2021.

Aprovado: Maio, 2021.